

Parcelar cheque especial reduz juros

Cliente de baixa renda é o que mais se endivida. Bancos devem oferecer opção

MARINA CARDOSO
marina.cardoso@odia.com.br

Clientes bancários de baixa renda são os que mais se endividam no rotativo do cheque especial. E para evitar que o orçamento seja corroído por juros médios de 12,63% ao mês, eles têm opção de trocar o débito por uma linha de crédito com juros menores. Desde o ano passado, os bancos são obrigados a oferecer taxas mais em conta: o cheque especial parcelado. Segundo Relatório de Economia Bancária do Banco Central, 44% dos que estão no vermelho da conta corrente ganham até dois salários mínimos (R\$ 1.996). Com a mudança do rotativo para a parcela do especial, por exemplo, esses clientes passam a pagar juros médios de 3,32% ao mês, conforme recente levantamento da Febraban feito entre 12 bancos.

Pelas regras atuais, para os consumidores que usam mais de 15% do limite do especial, durante 30 dias consecutivos, acima de R\$ 200, as instituições financeiras devem dar

AO ANO

312,6%

Juros médios de 312,6% ao ano nas operações concedidas em dezembro de 2018 no cheque especial.

alternativa de parcelamento com taxas mais baixas.

“Os bancos são obrigados a avisar o momento exato que o consumidor entra no especial e oferecer a opção de parcelar por juros mais baixos. Antes, o correntista seguia utilizando o cheque especial, se endividava e caía literalmente na chamada bola de neve, sem opções”, explica o especialista em finanças e educador financeiro Washington Mendes.

Com a mudança de modalidade do cheque especial, o cliente percebe clara diferença no resultado final da dívida. Segundo o economista Alexandre Prado, uma pessoa que usou, por exemplo, R\$ 1 mil do limite do cheque especial por seis meses vai dever R\$ 2.049,40, após o período. Mas caso resolva



Com as dívidas acumuladas, especialistas indicam que consumidores devem planejar vida financeira

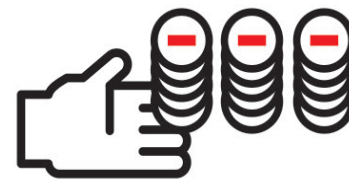
migrar para a opção de parcelamento, a mesma dívida será de R\$ 1.216,48. Já para débitos de um ano, o débito no rotativo chegará a R\$ 4,2 mil, mas no parcelado ficará em R\$ 1.479,83 (Confira o quadro ao lado).

PROPOSTA A CADA 30 DIAS

A oferta do parcelamento deve ser feita até cinco dias úteis depois que a instituição financeira constatar que os clientes estão no rotativo. Se os consumidores não aceitarem a primeira proposta, o banco tem que oferecer novamente o parcelamento a cada 30 dias. Nesse caso, a instituição financeira pode reduzir o limite do cheque especial contratado pelos clientes.

Se o consumidor se sentir prejudicado ou que a instituição financeira não cumpre o que diz as regras, deve ligar para ouvidoria do próprio banco ou a da Febraban. “Já no limite, acionar judicialmente o banco também é uma opção, pois trata-se de uma relação de consumo regida pelo Código de Defesa do Consumidor”, orienta Prado.

TAXA DE JUROS



CHEQUE ESPECIAL ROTATIVO

Valor da dívida
R\$ 1.000,00

Taxa de **320%**
ao ano

Em 6 meses estará devendo
R\$ 2.049,40

Em um ano
R\$ 4.200,00

CHEQUE ESPECIAL PARCELADO

Valor da dívida
R\$ 1.000,00

Taxa de **3,32%**
ao mês

Em 6 meses estará devendo **R\$ 1.216,48** ou 6 parcelas de **R\$ 202,75**

Em um ano **R\$ 1.479,83** ou 12 parcelas fixas de **R\$ 123,32**.

Orientação para zerar as dívidas

► Embora exista a opção de alterar para o cheque especial parcelado, o economista Alexandre Prado afirma que parcelar o especial precisa ser uma solução imediata. “Deve-se considerar que o parcelamento do saldo devedor do cheque especial é mais uma oferta de crédito que pode ser uma cilada. Mesmo a juros mais baixos, é nova dívida que o consumidor pode não ter condições de pagar”, explica.

No entanto, o especialista orienta o consumidor a buscar outras opções de crédito mais baratas que o cheque especial, como o empréstimo consignado ou o empréstimo com garantia. “Apesar dele ter contraído as dívidas, ele deve usar o tempo para procurar se educar financeiramente para não voltar a uma nova posição devedora”, finaliza.

BANCO CENTRAL

Segundo pesquisa do Banco Central, além dos 44% dos usuários com renda de até dois mínimos que usam o especial, 33,5% possuem renda de dois a cinco pisos (R\$ 4.990). Já na faixa entre mais de cinco até dez mínimos (R\$ 9.980) são 13,8%, e acima de dez salários mínimos, 8,8%. Em dezembro de 2018, o saldo total do cheque especial totalizou R\$21,98 bilhões, dos quais R\$3,38 bilhões eram referentes a dívidas.

SERVIDOR

Paloma Savedra



www.odia.ig.com.br/colunas/servidor

e-mail: paloma.savedra@odia.com.br

REUNIÃO HOJE COM RELATOR DA PEC 6

FORÇA-TAREFA POR ESTADOS NA REFORMA

Em uma ‘força-tarefa’, o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, e o presidente do Rioprevidência, Sérgio Aureliano, vão se reunir, hoje de manhã, com o relator da reforma na Comissão Especial da Câmara Federal, Samuel Moreira (PSDB-SP) — foto. Eles querem convencer o deputado a manter estados e municípios na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6.

Rolim e Aureliano vão apresentar cálculos e apontar a “inviabilidade” técnica e financeira de deixar os entes de fora da Nova Previdência. O presidente do fundo previdenciário estadual informou à Coluna que estará representando o Estado do Rio, mas reforçou que o governador Wilson Witzel (PSC) já disse que esse também é o posicionamento da maioria dos governadores que apoiam a PEC 6.

“Tecnicamente, se isso ocorrer (excluir os entes do projeto), será um caos. Imagina cada município e estado com regras previdenciárias discrepantes para seus servidores? Isso não pode prosperar”, declarou Aureliano.

RELATOR FAVORÁVEL

Ontem, o relator se posicionou favorável pela manutenção dos entes no texto. Samuel Moreira se encontrou com os governadores João Dória (São Paulo), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul) e Reinaldo Azambuja (Mato Grosso do Sul), em São Paulo. Samuel Moreira citou o déficit crescente da Previdência de estados e municípios.



PABLO VALADARES/AGÊNCIA CÂMARA

“É de R\$ 96 bilhões por ano. Em dez anos, é praticamente a mesma meta, de R\$ 1 trilhão, que o governo federal pretende economizar (com a reforma)”, afirmou. “Não faz sentido resolvermos o déficit do governo federal, equacionarmos a Previdência da União e deixarmos estados e municípios de lado”, decretou.

O parecer do deputado estará pronto na quinta-feira ou, no máximo, na próxima segunda-feira.

DEFESA DE MAIA

UNIÃO PAGARÁ

► O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também entrou no circuito ontem para defender a aprovação da reforma para todos os entes. Maia alertou que se municípios e estados ficarem de fora, sobrarão para a União: “Se o déficit continuar crescendo, a União é que vai pagar a conta”. Ele defendeu que os governadores trabalhem para formar maioria nas bancadas de seus estados.

DESARMONIZAÇÃO

FEDERATIVA

► Especialista em Direito Constitucional, Manoel Peixinho esclareceu que, juridicamente, é possível sim que os entes fiquem de fora da reforma. E que poderão fazer suas próprias mudanças nas regras previdenciárias de servidores. “Apesar de não ser uma tendência no Direito Brasileiro”, explicou. Ele disse ainda que isso criaria uma “desarmonização federativa”.

PREFEITURA DO RIO

ANTECIPA SALÁRIO

► A Prefeitura do Rio de Janeiro vai quitar hoje os salários de maio dos seus servidores ativos, aposentados e pensionistas. O pagamento será antecipado, já que, pelo calendário oficial, ocorreria no quinto dia útil do mês seguinte ao trabalhado, ou seja, no dia 7 de junho. O adiantamento foi anunciado, na última sexta-feira, pelo prefeito Marcelo Crivella, nas redes sociais.

DÉFICIT MAIOR

QUATRO VEZES

► Reforçando a tese de uma reforma para todos, a Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI) divulgou, também ontem, cálculos que apontam ‘buracos financeiros’ cada vez maior nos fundos previdenciários. De acordo com o estudo, o déficit das previdências dos estados, hoje de R\$ 90 bilhões por ano, vai aumentar quatro vezes — quadruplicar — até 2060 se nenhuma medida for tomada.

COMPROMISSO

REFORMA NO RIO

► Cabe lembrar que o presidente do Rioprevidência assinou um termo de compromisso com a Secretaria de Previdência de apoio à reforma. O convênio prevê que o Rio será o primeiro estado a enviar um projeto de lei sobre o tema à respectiva casa legislativa. A ideia é que, mesmo a PEC 6 sendo aprovada com os entes, cada governo terá que adaptar regras específicas.

ESTADO DO RIO

SEM DEFINIÇÃO

► Enquanto isso, o Palácio Guanabara ainda não divulgou se, este mês, também vai antecipar o depósito dos salários de maio do funcionalismo. O calendário é o 10º dia útil (14/6). Pela primeira vez nessa nova gestão, Witzel pagou os vencimentos de abril antes da data prevista. Agora, segue a expectativa das categorias pela mesma política. Fontes do governo disseram que, por ora, não foi batido o martelo.